

Argumentos para preservação do Arquivo do JN (e não só)

Exmo Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, deputado Luís Graça, Exmas senhoras deputadas e Exmos senhores deputados, o Conselho de Redação do "Jornal de Notícias" agradece a oportunidade de estar na Assembleia da República, a casa do povo, falar do "Jornal de Notícias", um jornal do povo e para o povo desde que foi fundado em 1888. Um percurso de quase 135 anos de um Órgão de Comunicação Social que é um projeto singular, de grandeza nacional, sediado no Porto, longe de Lisboa, mas sempre perto do coração dos portugueses. O jornal que ajudou Carina Soares, uma mãe de quatro filhos, a reunir três mil euros para a caução da renda de uma casa em Vila Franca de Xira; o jornal que ajudou Mário Vilaça, de Braga, a ter o cartão de combatente, o mesmo jornal cuja notícia permitiu a Luís Miguel Cardoso arranjar dinheiro para voltar a Santo Tirso, após doença súbita nos EUA. Três exemplos, em muitos, apenas de 2022, da importância do JN na vida das pessoas.

O JN sempre foi um jornal de causas, pelas pessoas. Um jornal que esteve do lado dos trabalhadores do comércio na defesa da semana inglesa, em 1969, o jornal que esteve junto das forças vivas da cidade e do Norte de Portugal na defesa de uma urgência pediátrica para o hospital de São João, o conhecido "Joãozinho", na primeira década desde século XXI, e, mais recentemente, na luta dos trabalhadores da cervejaria Galiza para manterem o emprego e a casa. Exemplos de um jornal de causas, que tem de ser uma causa; um jornal que apoia as pessoas, e que agora precisa das pessoas, a começar pelas ilustres que se encontram à nossa frente, nesta casa que é de todos nós.

A situação atual do arquivo

A situação do arquivo do "Jornal de Notícias", que aqui nos traz por força do requerimento das senhoras deputadas Carla Sousa, Rosário Gamboa, Maria João Castro e Sara Velez, piorou desde setembro, quando o CR deu a conhecer as preocupações com o acervo documental e histórico do JN. A 30 de dezembro, o único funcionário a trabalhar no Centro de Documentação e Informação (CDI) deixou a empresa, sem que tenha sido encontrado um substituto. Um mês antes, deixara a empresa a documentalista que fazia a ponte, desde a redação, entre os jornalistas e o CDI. Não temos conhecimento de que alguém tenha sido formado para trabalhar no arquivo, pelo que ainda que alguma pessoa venha a ser contratada temos receio de que não tenha a preparação necessária para o trabalho que terá pela frente, por muito boa formação que tenha como documentalista, por exemplo.

Respondendo à questão colocada pelas senhoras deputadas no requerimento, lamentamos informar que não há condições de acessibilidade a investigadores e cidadãos que pretendam consultar as largas centenas de pastas com recortes, fotografias ou até panfletos que fazem um retrato de Portugal e do Mundo dos últimos anos. As portas do CDI estão fechadas e, na portaria, as indicações

encaminham os interessados para o Arquivo Municipal de Gaia.

Atrás das portas fechadas do Centro de Documentação, no 11.º e 12.º andares do edifício que marca a paisagem da rua de Gonçalo Cristóvão, no Porto, as luzes apagadas e a climatização desligada em nada beneficiam, receamos nós, a preservação dos documentos. Nas estantes jazem pastas de recortes de notícias e fotografias de personalidades como Mário Soares, Francisco Sá Carneiro, Álvaro Cunhal ou Freitas do Amaral, só para mencionar alguns dos nomes que certamente ainda hoje ecoam nesta casa e que merecem respeito de todos os portugueses pelo contributo que deram para a Democracia; há milhares de documentos de acontecimentos históricos, como o 25 de Abril, ou acidentes marcantes do século XX, vide o desastre ferroviário de Alcaface, em que morreram 49 pessoas e 64 desapareceram, em 1985. Um caso paradigmático do que é o JN, que além de extenso noticiário sobre a tragédia mostrou a vertente solidária e humanista que o caracteriza, ao criar uma campanha de apoio às vítimas – uma tradição que perdurou longos anos, na rubrica “Todo o homem é meu irmão”, em que o jornal, com o apoio dos leitores, conseguiu dinheiro, alimentos, roupas, até casas para necessitados. Projeto que continua através do programa JN Solidário a ajudar pessoas em todo o país.

Os cortes da censura; um outro retrato do país

Senhoras e senhores deputados, nos armários do centro de documentação vivem provas da ação da censura em Portugal. Recortes marcados a vermelho que ajudam a perceber o Portugal da ditadura, que baniou notícias de infanticídios, de jornalistas a exigirem uma lei de imprensa ou notas a explicar a mecânica de dobrar e depositar um boletim de voto. É curioso ver como a censura cortou todas as notícias das Assembleias Gerais de estudantes ou de eleições nas academias de Coimbra, Porto e Lisboa, nos meses que precederam o movimento estudantil do maio de 1969 – e, como sabemos, não o conseguiu silenciar. É curioso ver como se proibiam notícias sobre o aumento do óleo vegetal, das queixas dos patrões das gasoleiras e dos lamentos dos inquilinos com o aumento das rendas. Estes são alguns dos muitos exemplos da ação da censura, arquivados em pastas com tantos anos quantos têm as notícias, em condições que, receamos, em nada beneficiam a preservação, num espaço com janelas antigas e sem controlo de humidade ou luminosidade. Partilham abrigo com quilos de fotografias, em papel ou negativos, flashes de dezenas de anos da história de Portugal, como as do povo nas ruas durante o 25 de Abril de 1974, da multidão que encheu o Pavilhão dos Desportos de Lisboa no primeiro congresso do PPD/PSD, a 23 e 24 de novembro de 1975, ou do cerco à primeira reunião magna do CDS, a 25 de janeiro de 1975, no Porto.

Exemplos do muito que está em risco de se degradar ainda mais – e infelizmente, receamos que os efeitos do passar do tempo tenham já deixado marcas em várias pastas e documentos. Fruto do desinvestimento de sucessivas administrações, todo este acervo corre sérios riscos de passar à história, quando deveria ser preservado para nos ajudar a perceber e a contar a História.

Além das condições, que nos parecem deficitárias, em que está guardado este património, as coleções encadernadas dos números editados desde a origem do JN (e muitas outras publicações periódicas nacionais e estrangeiras) foram transferidas para o Arquivo Sofia de Mello Breyner Andersen, da Câmara Municipal de Gaia, no âmbito de um protocolo.

O edifício que nos deixa sem chão

A transferência permite manter as coleções ao serviço dos cidadãos, que as podem consultar sob marcação prévia e dependente de vaga na sala de leitura no Arquivo de Gaia, longe da sede do JN. Esta solução corta a ligação do leitor ao jornal - uma das marcas mais relevantes do “Jornal de Notícias” - mas salvaguarda o futuro das coleções, uma vez que o edifício onde está a redação do “Jornal de Notícias” foi vendido, em 2019, a uma empresa do investidor macaense Kevin Ho, que detém 30% do capital do “Global Media Group”, empresa que é dona do JN, do DN, da TSF, e de “O Jogo”, entre outros.

A indefinição quanto ao futuro das instalações do JN é um problema para o arquivo, mas também para os jornalistas. Apesar de distante da capital, o Porto é, também, uma cidade de instituições. E os edifícios que as albergam são quase tão importantes pelo significado que têm para a paisagem urbana como o trabalho que nelas se desenvolve. A Torre dos Clérigos, a Reitoria da Universidade do Porto, a Livraria Lello, o Teatro Nacional de São João, o Coliseu do Porto ou a Casa de Serralves, são algumas dessas casas emblemáticas. Entre as quais temos de incluir o JN. A torre “não é um volume estéril, sem história e destituído de memória. É um ponto fulcral da cidade, da região e do país”, por isso “ninguém compreenderia que o Porto renunciasse ao seu JN no coração da cidade; nem que o centro do Porto perdesse o último jornal”, escreveu o CR, no manifesto que foi enviado a vossas excelências.

Desde que foi noticiada a venda do edifício, os jornalistas do JN, através do Conselho de Redação, têm defendido a manutenção do jornal na casa que é sua e a classificação do edifício como Imóvel de Interesse Público. Obra da autoria do arquiteto Márcio Freitas, ostenta no alçado principal um painel de azulejos sob desenhos de Charters de Almeida, importante peça dos anos de 1960 e 1970, que releva também para a história da arte do século XX.

Além do receio de estarmos a pagar para continuar numa casa que deveria ser a nossa, a venda do edifício está na origem da transferência da coleção de Arte do JN, da qual constam obras de Júlio Resende, Nadir Afonso, José Rodrigues, Graça Morais ou Fernando Lanhas, entre muitos outros. A coleção foi removida do edifício sem que tenha sido esclarecido para onde e em que condições. Entende o Conselho de Redação, que a coleção pertence, por direito próprio, ao “Jornal de Notícias”. Se a empresa não dispõe de condições para a manter nas instalações próprias do jornal, entendemos que deve ser procurada uma solução junto de um dos museus ou instituições da cidade, que permita a conservação e exposição ao público desta

coleção, representativa das mais diversas escolas e tendências das artes plásticas do século XX e início do século XXI.

Salários e condições de trabalho

O edifício, o arquivo e a coleção de arte não são as únicas preocupações dos jornalistas do JN, dos cerca de 70 do corpo redatorial a trabalhar na sede, no Porto, ou na delegação, em Lisboa, e dos mais de 100 colaboradores externos espalhados pelo país, pagos a recibos verdes, e tardiamente, como é público dos comunicados do “Sindicato dos Jornalistas”. Entre estes jornalistas, há muitos jovens, com mestrado, a ganhar cerca de 700 euros por mês e que vão ser apanhados pela atualização do Salário Mínimo Nacional, este ano – um aumento que, para alguns, chega aos 40 euros; para os mais velhos, a carreira estagnou há cerca de 15 anos, sem progressões, sequer as inscritas na legislação em vigor, ou aumentos salariais, com os vencimentos cristalizados em valores de 2008, na aurora da primeira das três crises neste milénio.

Estas preocupações levaram o Conselho de redação a elaborar um manifesto, em setembro de 2021, que foi enviado às mais proeminentes instituições nacionais, da Assembleia da República, que bom uso lhe fez pela ação desta 12.^a comissão, à mais alta figura do Estado, o presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e ao primeiro-ministro, António Costa. Chegou, ainda, à tutela e a todos os partidos políticos, às Comunidades Intermunicipais e às autarquias das áreas de maior implantação do JN.

Entendemos que a preocupação quanto ao futuro do JN e à preservação da integridade de uma identidade única, seja nas questões editoriais, na salvaguarda do arquivo ou na classificação do edifício, não é uma questão que respeite apenas aos jornalistas e outros trabalhadores que o fazem todos os dias. A sobrevivência e o reforço deste título, que acompanha o bebé Gonçalo, de Beja, o Alexandre, de Braga, que precisam de tratamentos também em 2023, como noticiámos em 2022, ou a Adelina, do Porto, que ficou sem casa num incêndio, um jornal que chega onde onde o Estado não chega, são imperativos que convocam as pessoas e os poderes públicos, regionais e nacionais. Acreditamos que não é de ânimo leve que, nesta casa que hoje nos recebe, se diz que o jornalismo é um pilar da Democracia. E o “Jornal de Notícias” é uma parte muito forte e valiosa da argamassa que forma esse sustentáculo, firmemente escorado num acervo que consideramos fundamental conservar, na alçada do JN, naturalmente, e com o apoio e a ajuda do Estado. A classificação do arquivo do “Jornal de Notícias” é fundamental para a preservação desta rica história, de Portugal e do Mundo. Porque, esta coleção, construída ao longo dos anos pelos trabalhadores do JN, não é nossa, é de todos nós, de todos os portugueses que a queiram consultar, de todos os cidadãos que pretendam mergulhar na História para melhor compreender o presente e pensar o futuro.

Muito obrigado.

O conselho de redação do “Jornal de Notícias”, 3 de janeiro de 2023